



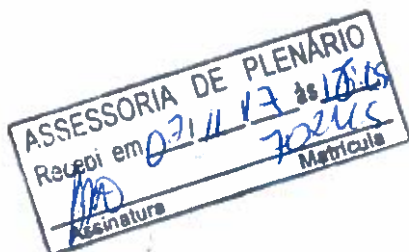
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



**REQUERIMENTO Nº 3137/2017 /2017
(Do Sr. Deputado DELMASSO – PODEMOS /DF)**

L I D O
Em 08/11/17

Secretaria Legislativa



Requer informações ao Conselho Federal de Psicologia-CFP sobre a Resolução nº 01, publicada em março de 1999, deste Conselho recomendando a proibição de tratamento para os pacientes homossexuais.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o encaminhamento ao Conselho Federal de Psicologia-CFP sobre a Resolução nº 01, publicada em março de 1999, deste Conselho recomendando a proibição de tratamento para os pacientes homossexuais.

Setor Protocolo Legislativo

JUSTIFICAÇÃO

RQ Nº 3137 /2017
Folha Nº 01 de 10

O acesso a saúde configura-se direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida pelo Poder Público por meio de políticas sociais que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, sendo, ainda, de sua competência o exercício da regulamentação, fiscalização e controle da prestação dos serviços de saúde, conforme apregoa a Constituição Federal em seus arts. 196 e 197.

Dentre os serviços de saúde disponíveis na sociedade é possível citar o tratamento psicológico ofertado pelo profissional de psicologia, com atividade regulamentada pelo Conselho Federal de Psicologia. Este profissional é responsável pela identificação de traumas, medos e dificuldades que podem acarretar em uma vida frustrada, podendo oferecer tratamento para o indivíduo superar ou lidar com situações difíceis ou problemáticas.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



Recentemente uma decisão de um juiz federal do Distrito Federal casou grande comoção por autorizar que psicólogos possam atender eventuais pacientes que busquem terapia para reorientação sexual. Sabe-se que a decisão foi ao encontro de uma ação promovida por três psicólogos que requeriam a suspensão de uma do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que estabelece como os profissionais da área devem atuar nos casos que envolvam a orientação sexual de pacientes.

A Resolução nº 01 do CFP, publicada em março de 1999, cujo teor estabelece proibição aos psicólogos de exercerem qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, bem como de colaborarem com eventos ou serviços que proponham o tratamento e a cura da homossexualidade. A referida norma se baseia em entendimento da Organização Mundial de Saúde (OMS) que não caracteriza a homossexualidade como sendo doença, distúrbio ou perversão. Os postulantes alegavam que a resolução do Conselho impunha limitação ao exercício da psicologia, bem como ao desenvolvimento de estudos científicos com a finalidade de reunir condições para caso seja procurado, este profissional possa promover tratamento da homossexualidade ou sua reorientação.

Ante todo o exposto, e com a finalidade de conhecer as razões que justificam o Conselho Federal de Psicologia a editar a Resolução Nº 1, de março de 1999, com a vedação do oferecimento de tratamento para o Homossexualismo, bem como para os indivíduos que desejarem realizar a reorientação sexual é que se roga o auxílio dos nobres parlamentares desta Casa de Leis no sentido de que juntos aproveamos o presente requerimento de informação.

Sala das Comissões, em.....

Deputado DELMASSO
Autor

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3137 1/2017
Folha Nº 02 010.

Assunto: Distribuição do Requerimento nº 3.137/17.

Autoria: Deputado (a) Delmasso (PODEMOS)

Ao SPL para indexações, em seguida ao Gabinete da Mesa Diretora para as providências de que trata o Art. 40, I do Regimento Interno, observado o prazo disposto no § 2º do mesmo artigo.

Em 08/11/17



MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3137/2017
Folha Nº 03 de 10.